

PET no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.289 - MG (2020/0043454-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : BARBARA FLAVIANE DOS SANTOS (PRESA)
ADVOGADOS : ALISON DE JESUS FERREIRA - MG122850
EMANUEL BELEM GOMES - MG146893
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de petição objetivando o reexame do pedido liminar apresentado em favor de BARBARA FLAVIANE DOS SANTOS.

Consta dos autos que a recorrente foi presa temporariamente, prisão essa posteriormente convertida em segregação preventiva, pela suposta prática dos crimes previstos no art. 2º, §§ 3º e 4º, II, da Lei n. 12.850/2013 (organização criminosa), no art. 312 do CP (peculato) e no art. 1º, *caput*, da Lei n. 9.613/1998 (lavagem de dinheiro) – e-STJ fls. 58/82.

No Superior Tribunal de Justiça, pleiteou a concessão da liberdade provisória, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão, para aguardar em liberdade a instrução processual.

Na presente petição, a defesa pede o reexame do pedido liminar, nos termos seguintes, *in verbis* (e-STJ fl. 1.815):

BÁRBARA FLAVIANE DOS SANTOS, devidamente qualificada nos autos, vem perante este juízo, por intermédio de seus procuradores ao final assinado, manifestar-se em relação à Recomendação do Conselho Nacional de Justiça nº 62, de 17 de março de 2020, a qual estabeleceu recomendações aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19), no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, requerendo a REANÁLISE DO PEDIDO LIMINAR, com urgência, uma vez que se trata de ré presa em estabelecimento prisional extremamente sujeito à propagação da doença respiratória que assola o país.

É, em síntese, o relatório.

Pois bem. A questão acerca do deferimento da liberdade provisória com base nos argumentos ora apresentados não foi enfrentada pelas instâncias ordinárias (Juízo das Execuções e Tribunal de origem), assim, esta Corte não pode conhecer das

Superior Tribunal de Justiça

questões agitadas pela defesa, sob pena de configuração de supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

Ademais, vale mencionar que o Plenário do Supremo Tribunal Federal negou referendo à conclamação feita pelo Ministro Marco Aurélio no bojo da ADPF n. 347.

É de relevo mencionar, também, que o Poder Público não se quedou inerte diante da situação. O Conselho Nacional de Justiça já publicou a **Recomendação n. 62**, que adotou medidas preventivas contra a propagação da infecção pelo novo coronavírus (Covid-19) no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. O Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde também publicaram a **Portaria Interministerial n. 7**, adotando uma série de medidas para o enfrentamento da situação emergencial.

À vista do exposto, **indefiro o pedido**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator